

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria de chefe de serviço da carreira médica de saúde pública.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

#### Sinopse curricular de Manuel Ribeiro Cardoso

Licenciatura em Medicina em 1981, pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa.

Especialista em Saúde Pública em 1990, após conclusão do internato complementar de saúde pública.

Consultor em saúde pública em 1996, após concurso de habilitação.

Formação complementar — curso de Medicina do Trabalho da Escola Nacional de Saúde Pública e o ciclo de estudos especiais em Administração da Saúde, da mesma instituição.

Assistente de saúde pública no Centro de Saúde da Amadora, em 1990, após concurso de provimento.

Em 1992 foi transferido para o quadro do Centro de Saúde de Loures.

Em 1996, assistente graduado de saúde pública.

No Centro de Saúde da Amadora, além das actividades de autoridade de saúde, desenvolveu alguns projectos na área da saúde pública e comunitária em articulação com as outras «forças vivas» da cidade. Participou na elaboração do primeiro processo de candidatura da cidade da Amadora à Rede Europeia das Cidades Saudáveis, da Organização Mundial da Saúde. Os projectos referidos integravam esse processo.

Em Maio de 1990 foi nomeado autoridade sanitária do concelho da Amadora.

Em 1991 é transferido para a Direcção-Geral da Saúde, para coordenar o projecto, do Ministério da Saúde, «Ano europeu da higiene, segurança e saúde no local de trabalho — Trabalho seguro, vida saudável».

Na Divisão de Saúde Ocupacional, foi ainda nomeado perito nacional no grupo da Comissão Europeia para a preparação da directiva comunitária relativa ao transporte intracomunitário de corpos de pessoas falecidas, Luxemburgo; representante do Ministério da Saúde na comissão consultiva para a redacção do novo Código da Estrada e na Comissão Nacional da Revisão da Lista das Doenças Profissionais; representante da Direcção-Geral da Saúde no grupo de trabalho «Equipas de identificação de cadáveres», do Serviço Nacional de Protecção Civil.

Em 1994, na Divisão de Saúde Ambiental, passa a coordenar a área dos pesticidas/biocidas/substâncias perigosas. No exercício das suas funções, foi nomeado:

Representante da Direcção-Geral da Saúde na Comissão de Toxicologia dos Pesticidas, na Comissão de Avaliação Toxicológica dos Produtos Fitofarmacêuticos, na Autoridade Técnica para os Riscos Industriais Graves, nos Technical Meeting on Existing Chemicals Following Council Regulation — EEC 793/93, Ispra, Itália, no Fórum Pesticidas da OCDE, Paris, e na comissão de vistorias das unidades privadas que actuam na área da toxicodependência;

Representante do Ministério da Saúde no acompanhamento da elaboração da directiva biocidas nas reuniões do grupo ambiente do Conselho, Bruxelas;

*Contact-point* da OCDE, em Portugal, para os biocidas e *contact-point* da Comissão Europeia, em Portugal, para a directiva biocidas;

Coordenador do grupo de trabalho interministerial com vista à preparação de legislação regulamentadora da actividade de desinfectação.

Entre 1996 e 1998 foi nomeado autoridade de saúde para fins de assessoria do director-geral da Saúde.

Entre Junho de 1998 e Dezembro de 2002 foi vogal do conselho de administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência.

No conselho de administração, constituído por um presidente e dois vogais, foram-lhe atribuídas, entre outras, responsabilidades no planeamento e gestão, na articulação com as unidades privadas do tratamento e com os subsistemas de saúde, bem como no licenciamento e fiscalização das unidades privadas de tratamento.

Em Dezembro de 2002 regressa ao Centro de Saúde de Loures.

É nomeado responsável pelo serviço de saúde pública do Centro de Saúde e coordenador do programa de saúde escolar/saúde oral.

Em Junho de 2003 é nomeado autoridade de saúde e delegado concelhio de saúde do concelho de Loures e representa o Centro de Saúde na Comissão Municipal de Turismo, na Comissão Coor-

denadora Concelhia do Projecto EURIDICE, no Conselho Municipal de Segurança, no Conselho Municipal de Educação e no Centro Municipal de Operações de Emergência de Protecção Civil.

Vogal do conselho de administração do Instituto da Droga e da Toxicodependência desde 2 de Maio de 2006.

#### Despacho n.º 26 345/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 20.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo do Instituto da Droga e da Toxicodependência, a licenciada Maria do Rosário Torégão Romão Sequeira Gil, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

#### ANEXO

##### Sinopse curricular

Maria do Rosário Torégão Romão Sequeira Gil, nascida em Lisboa a 2 de Outubro de 1948. É casada.

Habilitações académicas — licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, concluída no ano lectivo de 1972-1973.

Actividade profissional:

Ministério da Educação:

1973-1979 — funções docentes no ensino técnico-profissional e secundário;

Ministério da Indústria e Energia:

1979-1980 — Delegação Regional de Lisboa — funções técnicas na área da promoção e ordenação do investimento industrial, no Núcleo de Acção Externa Privada da Direcção de Serviços de Promoção e Comercialização;

1980-1986 — Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial — LNETI:

Funções técnicas no Gabinete de Planeamento de Engenharia e Tecnologia Industrial;

Funções técnicas na Direcção de Serviços de Finanças e Património; Assessoria no Gabinete da Vice-Presidência;

1986-1994 — Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial — INETI:

Assessoria no Grupo de Estudos Heurísticos de Maximização Tecnológica;

Assessoria no Núcleo de Análise de Valor;

Funções dirigentes na Direcção de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial;

Ministério da Saúde:

1994-2002 — funções de vogal do conselho de administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência; responsável pelas áreas económico-financeira, patrimonial e de recursos humanos;

2005-2001 — vogal do conselho de administração do Instituto da Droga e da Toxicodependência;

Ministério da Segurança Social e do Trabalho:

2002-2005 — funções de provedora-adjunta da Casa Pia de Lisboa:

Responsável pelas áreas económico-financeira, patrimonial e de recursos humanos e tecnologias de informação;

Categoria actual na função pública — assessora principal da carreira técnica superior do regime geral do quadro do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial do Ministério da Economia.

Outras actividades:

Gestão dos processos de empréstimos do Banco Mundial ao LNETI para financiamento dos seguintes projectos:

«Educação I — Construção, equipamento e assistência técnica de dois centros de formação técnica, Lisboa e Porto»;

«DFC II — Apoio ao desenvolvimento tecnológico das Pequenas e médias empresas industriais e ao estudo de desenvolvimento tecnológico da indústria transformadora portuguesa»;

«Conservação e diversificação da energia industrial — Criação de um centro para a conservação de energia e de projectos de I, D & D»;

«Formação profissional — Teleformação empresarial regionalizada»;

Análise económico-financeira dos projectos candidatos ao Programa n.º 2 do PEDIP — «Formação profissional»;

Trabalhos de análise das capacidades do LNETI face à sua génese e das potencialidades a desenvolver no curto e médio prazos;

Trabalhos ligados à musealização de equipamentos com interesse histórico-científico dos Departamentos de Electrónica e Electromecânica, Estudos e Análises Industriais e Energias Convencionais do LNETI;

Organização administrativa do Gabinete do Alto-Comissário para o Projecto Vida, Presidência do Conselho de Ministros;

Fundadora da Associação Humanidades, de que é actualmente 1.ª secretária da mesa da assembleia geral;

Co-autoria das publicações:

*Estudo Bibliográfico — 1.ª Parte — Maximização Tecnológica. Inventiva. Análise de Valor;*

*Estudo Bibliográfico — 2.ª Parte — Maximização Tecnológica. Inventiva. Análise de Valor;*

*Génese do LNETI — Situação ao Fim de 12 Anos — três volumes;*

Participação em diversos cursos, seminários, congressos e outras acções de formação em Portugal e no estrangeiro, com estreita ligação às actividades desenvolvidas.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 26 346/2006

Considerando:

Que o bombeiro Joel Gomes norteou a sua conduta nos bombeiros portugueses em prol do ideal de serviço à comunidade com total disponibilidade e dedicação no âmbito da protecção e socorro;

A forma muito abnegada com que serviu solidariamente os seus concidadãos, dando-lhes muito do seu tempo e a própria vida para os proteger e socorrer;

Que não descurou os seus deveres e que se distinguiu com competência e profissionalismo nas suas funções nos bombeiros, desempenhando serviços muito meritórios ao País;

Que se encontra abrangido pelo artigo 4.º, n.º 1, do Regulamento de Concessão da Medalha de Mérito de Protecção e Socorro, aprovado pela Portaria n.º 980-A/2006, de 14 de Junho;

Condecoro, a título póstumo, o bombeiro de 3.ª classe Joel Filipe Cardoso Gomes, da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Porto, com a medalha de mérito de protecção e socorro, no grau ouro e distintivo azul.

20 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

### Direcção-Geral de Viação

#### Despacho n.º 26 347/2006

Por despachos do director-geral de Viação e do director regional-adjunto de Educação de Lisboa de 10 e 30 de Outubro de 2006, respectivamente, foi transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação Maria Antónia Policarpo Lopes, assistente administrativa do quadro de pessoal do Ministério da Educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

#### Despacho n.º 26 348/2006

#### **Colete retrorreflector e raqueta de sinalização a utilizar pelo vigilante sempre que acompanhe crianças no atravessamento da via pública**

A Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, que define o regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos, estabelece,

no n.º 4 do artigo 8.º e no n.º 3 do artigo 16.º, a obrigatoriedade de utilização, pelos vigilantes, de coletes retrorreflectores e de raquetas de sinalização sempre que estes acompanhem crianças no atravessamento da via pública, devendo tais equipamentos estar devidamente homologados.

Atendendo a que já se encontram legalmente definidas características para os coletes retrorreflectores e as raquetas de sinalização, a que alude a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, consideram-se homologados, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 8.º e no n.º 3 do artigo 16.º do citado diploma, desde que observem o seguinte:

1) Os coletes retrorreflectores previstos no n.º 4 do artigo 8.º e no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de Maio, devem respeitar as características estabelecidas na Portaria n.º 311-D/2005, de 24 de Março;

2) As raquetas de sinalização a que se referem as disposições mencionadas no número anterior devem respeitar as características das raquetas de sinalização estabelecidas no Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos Regulamentares n.ºs 41/2002, de 20 de Agosto, e 13/2003, de 26 de Junho.

27 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

#### Despacho n.º 26 349/2006

O cargo de director de serviços da Direcção Regional de Viação do Algarve, cuja área de actuação se encontra definida nos artigos 16.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro (aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral de Viação), encontra-se vago desde 1 de Dezembro de 2006 por aposentação do anterior titular.

Após análise curricular, verificou-se que a funcionária Maria Luísa Carneiro Miguel, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, de acordo com o *curriculum vitae* anexo.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhes foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, a licenciada Maria Luísa Carneiro Miguel, técnica superior principal da carreira de reinserção social do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, para o cargo de director de serviços da Direcção Regional de Viação do Algarve.

A nomeação produz efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

#### **Curriculum vitae**

Nome: Maria Luísa Carneiro Miguel.

Data de nascimento: 31 de Julho de 1960.

Nacionalidade: portuguesa.

Habilitações literárias: licenciatura em Direito, que concluiu em 1987.

Formação complementar:

Regime Jurídico da Função Pública — IRS;

Comportamento Organizacional — IRS/PROFAP;

Marketing Público — IRS/PROFAP;

Elaboração e Gestão de Projectos — IRS/PROFAP;

Os Concursos de Pessoal no IRS — IRS/PROFAP;

Direito das Contra-Ordenações — INA;

Código do Procedimento Administrativo — INA;

Gestão de Pessoas e Equipas — SINASE;

Gestão Pública e Qualidade nos Serviços — DGV;

Segurança Rodoviária, Uma Perspectiva de Mudança — DGV;

Mudança e Desenvolvimento Organizacional — SINASE;

A Reforma do Contencioso Administrativo — FDUNL;

Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública — SIADAP — SERGA;

SIADAP — Técnica de Entrevista de Avaliação do Desempenho — SINASE;

CAF — Estrutura Comum de Avaliação das Administrações Públicas da União Europeia — DGV;

Seminário de Alta Direcção — INA.

Experiência profissional:

A 22 de Janeiro de 1990 ingressou no Instituto de Reinserção Social, nas funções de técnica superior da carreira de técnico superior de reinserção social;

A 29 de Setembro de 1997, por despacho da data acima referida, foi nomeada chefe de divisão, em regime de substituição, com efeitos